

Trabalho produtivo e reprodutivo: apontamentos feministas acerca do trabalho em *O Capital* (Livro I)

Productive Labor and Reproductive Labor: feminist developments regarding Labour in “Capital: Volume I”

Victoria Carvalho Junqueira,¹ UnB

Resumo

Esse artigo contrasta minhas leituras de *O Capital* (Livro I) com leituras de obras dos feminismos marxista, negro e decolonial voltadas ao debate e à articulação das categorias de classe com gênero e raça. As autoras feministas marxistas resgatam os conceitos, a teoria e a metodologia construída por Marx para pensar a opressão feminina e a luta de classes ao lado da “luta dos sexos”, através da teoria da reprodução social e da crítica da divisão sexual do trabalho. Autoras associadas aos feminismos negro e decolonial, por sua vez, apontam para os apagamentos de raça existentes tanto na obra marxiana, como no marxismo e no feminismo.

Palavras-Chave: Trabalho reprodutivo; Feminismo Marxista; História das Mulheres.

Abstract

For the past few decades, Marxist feminism, black feminism and decolonial feminism have shed new light into Marx’s work, using his theory and methodology to bring class criticism to the debates regarding race and gender. This paper contrasts my readings of *Capital Volume I* with these feminist theories, in order to rethink women’s oppression and class struggles alongside sex, mainly through reproductive labor theory and the sexual division of labor. Black and decolonial feminists, on the other hand, point to colorblindness on Marx’s, marxist and marxist-feminist works.

Keywords: Reproductive labor; Marxist Feminism; Women’s History.

Introdução

O fortalecimento de movimentos sociais negros e feministas ao longo do século XX propiciou boas críticas ao pensamento de Marx e ao marxismo, o que permitiu uma análise mais complexa da exploração do trabalho no sistema capitalista e da dinâmica da luta de classes. Ainda que o exercício da crítica seja essencial à própria dialética de Marx, apontar lacunas no pensamento marxiano e no pensamento marxista pode levantar defesas do *status quo* por parte de alguns pensadores. Questiona-se, frequentemente, se um homem do século XIX, como Marx, poderia ter elaborado seu pensamento incluindo como agentes históricos também as mulheres e as pessoas negras. Consoantemente, tal revisão do pensamento de Marx, entre outros autores de séculos passados, costuma levantar acusações de “anacronismo”.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Primeiramente, esse tipo de questionamento desconsidera o fato de que Marx tratou, ainda que parcialmente, em *O Capital* Livro I, da presença do trabalho feminino nas fábricas. As mulheres, ainda que sejam coadjuvantes em sua análise, já figuram em inúmeros capítulos. Da mesma forma, o livro encerra-se com um capítulo dedicado à colonização, intitulado “A teoria moderna da colonização”, ou seja, o próprio Marx já tinha sua atenção capturada por um universo estruturado no racismo e no colonialismo, ainda que ele mesmo não apresentasse um pensamento racialmente crítico. Para Penelope Deutscher (2014, p.5), novas análises de autores já amplamente estudados visam teorizar acerca de conceitos e problemas ausentes nesses autores, não enquanto falhas de uma teoria, mas objetivando dar forma a eles enquanto potências do trabalho filosófico.

Destarte, é perceptível que o livro I de *O Capital* apresenta uma noção de “luta de classes” sem mulheres e pessoas negras, indicativa de que já à época de sua publicação, em 1867, *O Capital* foi uma teoria que deixou à margem estes sujeitos históricos. Obras anteriores à de Marx que tiveram circulação razoável no contexto europeu já defendiam a igualdade entre os sexos, como os revolucionários franceses Nicolas de Condorcet (1789) e Olympe de Gouges (1791), e a intelectual inglesa Mary Wollstonecraft (1794). Jean-Jacques Rousseau (1762), contudo, defendia a existência de uma diferença fundamental entre os sexos, que tornava os homens de alguma forma superiores às mulheres. Ao tratar da educação de Sofia, em *Emílio*, Rousseau reconhece que em tudo que não depende do sexo, a mulher é igual ao homem, tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades e as mesmas capacidades (OKIN, 1992, p. 115-116). No entanto, as mulheres diferenciavam-se justamente pelo sexo, e pelo fato de que o seu sexo e suas capacidades reprodutivas as tornavam irracionais. Sofia devia se tornar uma fêmea desejável, casta e obediente, mãe devota e inquestionavelmente fiel (OKIN, 1992, p. 119).

Por outro lado, também sabemos que, em tempos mais recentes, a própria teoria feminista teve seus limites: o feminismo branco burguês assumiu uma missão civilizatória que serviu à colonização europeia e oprimiu as mulheres de cor e mulheres pobres, como apontam os estudos de bell hooks (1984), de Françoise Vergès (2020) e de Oyèrónké Oyèwùmí (2017). Na crítica de Vergès (2020, p. 51), a categoria ‘mulheres’ foi fabricada pela matriz Estado, patriarcado e capital para legitimar as políticas de reprodução, notadamente racializadas, pelo incentivo à natalidade em localidades brancas e ricas e com práticas de controle da reprodução em periferias locais e globais. Analiso o papel das “mulheres” no processo de produção descrito por Karl Marx com a ressalva de que “mulheres” é uma categoria problemática, mas ainda útil.

No século XXI, a tríade raça-classe-gênero foi consagrada dentro dos estudos das ciências humanas e sociais, que tentaram lidar com tais apagamentos históricos. Apesar da crítica de uma esquerda marxista mais tradicional a uma esquerda contemporânea “fragmentada” demasiado focada em “políticas identitárias” ou num “identitarismo” individualizante, a teoria feminista, os estudos de sexualidade, de raça e cultura forneceram uma nova profundidade ao marxismo, tornando-o mais plural.²

Por outro lado, como afirmou Bhattacharya (2019, p. 101-102), “o marxismo, apesar de tropeços históricos realizados em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e oferece pistas de como acabar com ela”. Ainda, Gimenez (2018) argumenta que o feminismo marxista deve se atentar para o fato de que mulheres (brancas, ricas) também oprimem mulheres (racializadas, pobres), especialmente no tocante ao trabalho doméstico. Num contexto mais amplo de empobrecimento da classe trabalhadora e declínio contínuo do número de empregos disponíveis, tendência registrada nos últimos trinta anos, como pensar as “questões das mulheres” junto do empobrecimento da classe trabalhadora? Pensadoras marxistas como Bhattacharya (2019) e Gimenez (2018) voltam a Marx para levar a cabo tal exercício.

Pensar articuladamente raça, classe e gênero no século XXI automaticamente remonta-nos à “interseccionalidade” formulada pela autora norte-americana Kimberlé Crenshaw. Crenshaw, em “A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, foi responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e gênero, chamando atenção para o fato que as leis e as políticas estadunidenses à época não previam que as mulheres negras eram, ao mesmo tempo, oprimidas pelo sexismo e pelo racismo.

A interseccionalidade de Crenshaw recebeu críticas marxistas e pós-estruturalistas. De acordo com Machado (2018, p. 28):

Sara Carbin e Maria Edenheim, pesquisadoras nórdicas de matriz teórica pós-estruturalista, argumentam que seu crescimento [o da interseccionalidade] na pesquisa feminista europeia e norte-americana foi resultado da falta de discussões ontológicas importantes, tendo sido adotado como uma espécie de linguagem universal que permitiria um consenso entre feministas de orientações políticas e teóricas conflitantes. Para as autoras, “a interseccionalidade [...] não preenche os requerimentos de uma teoria”.

² Conforme Rose Marie Muraro (2020, p.30), ocorre há décadas esse embate dentro das organizações de esquerda: “Os homens ficavam muito incomodados, porque as feministas trabalhavam com reprodução e sexualidade, e diziam que isso era divisionismo [...]. Nascia então a polêmica que iria se estender pelos anos 1980: a de qual luta era mais prioritária, a geral (de classes) ou a específica, isto é, as lutas das mulheres, dos negros, etc. [...] Havia os marxistas dizendo que a luta de classes englobava todas as outras e que, uma vez erradicada a sociedade de classes, automaticamente todas as outras contradições se resolveriam, e, do lado oposto, os outros”.

Machado (2018, p. 29) demonstra que, apesar dessas críticas, a própria Crenshaw nunca defendeu nenhum identitarismo e reconheceu a interseccionalidade enquanto ferramenta de análise daquele caso específico, afirmando que não postulou uma teoria universal da interseccionalidade. No entanto, a análise de Crenshaw suscitou usos subsequentes da interseccionalidade que geraram críticas mais profundas e produtivas: seria a interseccionalidade um método, uma teoria, um paradigma? Apesar da confusão gerada em torno da obra de Crenshaw, houve avanços no esforço de pensar a interseccionalidade e seus usos: para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma ferramenta, não um conceito fixo ou uma verdade absoluta. As autoras lembram que "o uso da interseccionalidade enquanto categoria analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais" (BILGE; COLLINS, 2021, p. 19). Mas como afirmam Collins e Bilge, o foco da interseccionalidade é ressaltar a "relacionalidade" entre as categorias, fornecendo uma estrutura para elas. Segundo as autoras: "A relacionalidade abrange uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões" (BILGE; COLLINS, 2021, p. 47).

Em alguns usos da interseccionalidade, autores marxistas chamaram a atenção para a falta de uma conceituação mais aprofundada de classe e do capitalismo. De fato, a crítica principal de Machado (2018, p. 34) a Crenshaw é que a última teria uma compreensão rasa do capitalismo. Dessa forma, faz-se necessária uma conceituação do capitalismo em seu momento histórico enquanto sistema que engendra racismo e (hétero)sexismo, elevando a interseccionalidade à sua potência máxima.

De todo modo, ainda que levando em consideração a teoria interseccional, outro embate atual questiona se as mulheres ainda possuem um elo em comum que as une enquanto classe política, em razão da opressão do gênero. Para feministas do Norte Global como Okin (1992) e Pateman (1990), mesmo que as mulheres tenham conquistado a cidadania em grande parte do mundo, enquanto grupo social, elas ainda não alcançaram a igualdade econômica e social em relação aos homens. Por outro lado, Bhattacharya (2019) racializa essa crítica no contexto norte-americano para demonstrar que mulheres brancas não estão em desvantagem econômica com relação aos homens racializados.

Ao levar em consideração as autoras acima acerca da complexidade de agrupar mulheres de todas as raças, classes, credos e sexualidade em uma única categoria, também se

faz necessário evocar Joan Scott³, quando indagamos: no que consistia a categoria “mulheres” em 1867, o ano de publicação do Livro I de *O Capital*? Aqui apresentamos um pedaço desse microcosmo, ao mostrar como Marx enxergou as questões das mulheres trabalhadoras nessa obra, e também os limites dessa teoria.

Contextualizando as mulheres trabalhadoras em *O Capital*, Livro I

Partindo de um ponto de vista feminista, focado nas relações de poder entre os gêneros, e entre a mulher, o patriarcado, o racismo e o capital, uma leitura crítica de *O Capital*, Livro I, suscita questões importantes para repensar a luta de classes dentro de uma luta entre os sexos e o racismo estrutural difundido pela dominação colonial e imperialista europeia. Nesse sentido, a filósofa feminista Silvia Federici apontou os seguintes apagamentos em *O Capital*, Livro I:

As referências a gênero estão ausentes onde seriam mais esperadas, como nos capítulos sobre divisão social do trabalho, salários e reprodução da mão de obra. Ao reconhecer a existência de uma divisão sexual do trabalho na família, Marx apenas observa que essa tem uma base fisiológica, deixando de especificar [...] que a fisiologia é sempre apreendida e influenciada pelo filtro de mediações sociais e culturais (FEDERICI, 2021, p. 68).

Embora aponte tais apagamentos em *O Capital*, Federici (2021) observa que, em outros momentos de sua vida intelectual, Marx se pronunciou acerca da condição das mulheres:

Marx denunciou em seus primeiros trabalhos as desigualdades de gênero e o controle patriarcal sobre a vida das mulheres, especialmente na família burguesa. Em *Manuscritos econômicos-filosóficos*, texto de 1844, ecoando Charles Fourier, argumentou que a relação homem-mulher é indicadora de progresso social. Em *Ideologia Alemã*, ele fala que o pai se apropria do trabalho da mulher e das crianças. No *Manifesto Comunista*, Marx novamente ridiculariza a família burguesa (FEDERICI, 2021, p. 61).

De fato, a crítica às famílias burguesas está presente, ainda que de forma difusa, na obra de Marx e Engels. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*,

³ O artigo de Scott, *Gênero como categoria de análise histórica* (1993), influenciou gerações subsequentes de pesquisadores e pesquisadoras da organização social da diferença sexual. Scott já vislumbrava em seu texto que o gênero não era equivalente a “mulheres”, nem tampouco seria uma categoria cuja conceituação seria fixa, e sim contingente. Segundo Andrade (2018, p.21), o gênero tem potencial autocrítico à medida em que se atualiza, mantendo-se alerta a novos problemas produzidos pela experiência de mulheres. A análise vertical que leva em conta apenas “homens” e “mulheres” não considera que as maneiras de viver o “sexo” também abarcam raça, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade e identidade de gênero, universalizando a experiência de gênero para organizações e experiências diversas.

publicado em 1884, Engels afirma que a desigualdade entre homens e mulheres perante a lei era efeito da opressão econômica das mulheres, e não sua causa:

Na antiga economia doméstica comunista, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica, mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social (ENGELS, 2019, p. 74).

Nesse trecho, Engels explicita como o patriarcalismo e a monogamia, em sua análise, modificaram a posição social da mulher e a importância do trabalho doméstico, realizado principalmente pelas mulheres. O autor prossegue, afirmando que:

A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica ou dissimulada da mulher [...]. Hoje em dia, na grande maioria dos casos, o homem precisa ser aquele que ganha o sustento da família, o provedor, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe confere posição de dominação que não necessita de nenhum privilégio jurídico adicional. Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2019, p. 75).

As mulheres trabalhadoras do período, contudo, ocupavam-se tanto nos trabalhos domésticos remunerados quanto no trabalho fabril. Há capítulos e subtemas em *O Capital, Livro I* que tratam do trabalho feminino nas fábricas com maior riqueza de detalhes. Sem dúvida, um ponto chave para uma análise com esse enfoque é o capítulo 13 “Maquinaria e grande indústria”, e o subitem “A superpopulação relativa” referente ao capítulo 23, intitulado “A lei geral da acumulação capitalista”. Tais partes da obra sublinham especificamente a composição da classe operária por mulheres e crianças, bem como a formação de um “exército industrial de reserva” a partir de um crescimento populacional maior do que um crescimento populacional natural – ou seja, uma superpopulação provocada e controlada, que visa fazer com que o processo de proletarização de populações camponesas avance cada vez mais, para que um conjunto de pessoas desempregadas exista sempre para apoiar a obtenção da mais-valia do trabalhador, cerceando o potencial revolucionário (HARVEY, 2013, p. 264-267).

Como foi possível que Marx tenha analisado a reprodução da força de trabalho, a criação do exército industrial de reserva e de uma superpopulação forçada enquanto aspectos fundamentais do modo de produção capitalista sem que percebesse que um aspecto básico que articula tais categorias é a reprodução humana e o seu impacto na vida das mulheres? Acima

já discorremos acerca dos trechos em que Marx e Engels falam da condição da mulher em outras partes de suas obras, e como diversos outros autores e autoras já tratavam dos direitos das mulheres à época, ou até mesmo em períodos anteriores. Apontar tais lacunas em uma obra como *O Capital*, portanto, não significa incorrer em anacronismo. Da mesma forma, aproximadamente cem anos depois, Michel Foucault (2007) nos forneceu uma análise riquíssima da produção de discursos sobre sexualidade como forma de controle dos corpos dos trabalhadores, sua reprodução, seu trabalho e o controle populacional, em *A História da Sexualidade*, sem que se voltasse especificamente para o corpo feminino, ignorando também a reprodução e fundindo histórias masculinas e femininas.

É compreensível que esses pensadores, por vezes, apresentem falhas em seus projetos intelectuais. A partir do trabalho de Deutscher (2017, p. 5-6), torna-se viável efetivar uma crítica que revisita os limites que são frequentemente atribuídos aos teóricos e aos filósofos: o gesto de identificar uma ausência no que pode ser extraído de uma teoria não deve tornar-se a evidência do fracasso daquela teoria. É necessário encontrar em meio a obras já canônicas como a de Marx, Engels e Foucault, a relação entre suas omissões, reservas e suspensões. Consequentemente, para que avancemos num projeto eficaz de inclusão da História das Mulheres junto ao cânone historiográfico e não mais enquanto empreitada marginal, tais lacunas ainda precisam ser preenchidas.

Segundo Dorlin (2021, p. 18), o saber feminista pode ser definido como uma genealogia no sentido foucaultiano, ao passo em que se trata de um projeto “de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico”.

Como apontou Federici, de maneira precisa:

o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho (FEDERICI, 2017, p. 24).

À época em que Marx e Engels publicaram suas obras, também era extraída a mais-valia do corpo das mulheres trabalhadoras, produtoras e reprodutoras de capital e mão-de-obra. Não à toa, em meio às intensas transformações no capitalismo industrial, ocorre a tipificação do crime de aborto, em 1803, pelo Parlamento britânico. Desde o final do século XVI, sanções contra a ilegitimidade eram parte integral do sistema judicial britânico, que

operava sob a lógica das “Leis dos Pobres”, objetivando proteger as paróquias do fardo econômico representado pelas as crianças pobres ilegítimas e suas mães (GOWING, 2003, p. 117). O advento do aborto enquanto ofensa criminal, contudo, surge como novidade do século XIX no controle populacional dentro das leis daquele reino.

Marx também fez avaliações críticas e complexas com relação à autoridade paterna dentro das famílias e à sua reestruturação, impulsionada pelo aumento da presença de mulheres e crianças nas fábricas do capitalismo industrial. Observa-se, em *O Capital* (Livro I), a transformação na divisão do trabalho e na jornada de trabalho realizada pela introdução da maquinaria nas manufaturas e sua relação com o trabalho feminino e infantil. Os trabalhos manuais que anteriormente eram especificamente masculinos em virtude da necessidade do dispêndio de maior força bruta, tornam-se possibilidades para mulheres e crianças capazes de operar máquinas. Por sua vez, os capitalistas extraíam uma parcela maior de mais-valor dessa força de trabalho, que era comprada a preços inferiores em comparação com o trabalho dos homens (MARX, 2011, p. 330-336).

Marx chamou a atenção dos seus leitores para outros problemas com relação à introdução da maquinaria, como a redução das jornadas de trabalho e maior exploração dos trabalhadores:

Vimos, então, como a maquinaria, apropriando-se do trabalho de mulheres e crianças, aumenta o material humano sujeito à exploração pelo capital, de que maneira ela confisca todo o tempo vital do operário mediante a expansão desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto imensamente maior num tempo cada vez mais curto, acaba por servir como meio sistemático de liberar, em cada momento, uma quantidade maior de trabalho, ou de explorar a força de trabalho cada vez mais intensamente (MARX, 2011, p. 330).

Seguidamente, Marx se mostra claramente contrário à exploração específica que recai sobre as mulheres e crianças, porém, argumenta que havia a possibilidade do surgimento de uma nova relação entre os sexos, rearranjada em função dessa nova estrutura produtiva:

Não foi, no entanto, o abuso da autoridade paterna que criou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, ao contrário, foi o modo capitalista de exploração que, suprimindo a base econômica correspondente à autoridade paterna, converteu esta última num abuso. Mas por terrível e repugnante que pareça a *dissolução do velho sistema familiar no interior do sistema capitalista*, não deixa de ser verdade que *a grande indústria*, ao conferir às mulheres, aos adolescentes e às crianças de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção situados fora da esfera doméstica, *cria o novo*

fundamento econômico para uma forma superior da família e da relação entre os sexos (MARX, 2011, p. 371, grifo meu).

Tal perspectiva otimista não é sustentada por Marx sequer no parágrafo seguinte de sua argumentação em *O Capital, Livro I*, mas, principalmente, também inspirou muitas críticas feministas no sentido de que pensadores radicais homens, desde então, foram incapazes de perceber a complexa realidade posta às mulheres trabalhadoras que também lideram suas famílias.

Pode-se argumentar que essa realidade ainda estava muito distante de Marx, e que foi apenas o neoliberalismo que aprisionou essas mulheres em jornadas de trabalho triplas – trabalho formal, trabalho doméstico e trabalho de cuidado? Uma análise mais aprofundada da formação da classe trabalhadora na Inglaterra, com uma periodização de longa duração, nos forneceria uma resposta mais completa. É possível afirmar, contudo, que desde o final do século XVIII, 13% dos *households*⁴ na Inglaterra eram liderados por mulheres viúvas. Segundo Livingstone (2007, p. 143), viúvas tinham de 2 a 3 possibilidades a menos de casar de novo que viúvos, ao passo em que homens eram mais dependentes do trabalho de mulheres (especialmente se tinham crianças)⁵.

Outro ponto polêmico que surge nesse ponto da obra, era a denúncia de uma possível “degeneração” da classe operária formada por mulheres e crianças. O que Marx afirmou foi justamente que a composição operária feita por indivíduos de ambos os sexos e diversas faixas etárias seria:

em sua forma capitalista, natural-espontânea e brutal – em que o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador –, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano (MARX, 2011, p. 371-372).

⁴ Segundo Keith Wrightson (2013:30-34), o *household* era a unidade mais básica de produção econômica do século dezesseis e por longos períodos a frente. Era composta por um grupo de pessoas que vivia debaixo do mesmo teto, geralmente sob a autoridade de um chefe –em geral um homem adulto, embora nem sempre. O *household* era uma unidade de trabalho que possuía necessidades de consumo, reprodução e produção. Um *household* da nobreza podia incluir até 80 pessoas, dentre familiares imediatos, oficiais da propriedade, numerosos criados e filhos de clientes. Em classes abaixo da *gentry*, eram usualmente compostas por famílias nucleares.

⁵ Ainda, segundo Bridget Hill (1989:6), poucas mulheres trabalhadoras no século XVIII passaram por alguma cerimônia legal de casamento. Aquelas que o faziam eram frequentemente desertadas, por vezes vendidas. A cerimônia de casamento e o divórcio eram processos financeiramente custosos. Inclusive, Hill menciona uma crise no casamento no final do século XVII e início do XVIII: em comparação com períodos anteriores, era o maior número de mulheres que não se casavam (HILL, 1989: p. 7). Além disso, de acordo com Hubbard (2012: p. 2), “era provável que mulheres se tornassem viúvas e se casassem novamente, repetidas vezes”.

O trecho impulsionou uma interpretação equivocada de Federici (2021, p. 67), que julgou que Marx falava da degeneração das trabalhadoras num sentido moralista, contudo, percebo que ele se referia a uma degeneração física, fornecendo relatos a respeito das variadas doenças que mulheres e crianças contraíram em trabalhos intensivos e inseguros, como nas minas abaixo da terra.

Outro relatório citado por Marx mencionava uma degeneração moral das operárias que chegavam a ter inúmeros filhos ilegítimos, porém Marx em si não faz nenhuma observação moralista acerca do que o outro autor julga enquanto uma “moralidade de baixo nível”. Marx estava, na verdade, citando as palavras de um relatório do Conde Montalembert sobre o trabalho infantil: “Não admira que a ignorância e o vício abundem numa população criada dessa maneira. [...] Sua moralidade está no mais baixo nível. [...] Grande parte das mulheres têm filhos ilegítimos, e muitas numa idade tão precoce” (MARX, 2011, p. 540). O trecho faz alusão às estratégias às quais os capitalistas recorriam para empregar mais mulheres e crianças, em razão do valor inferior da mão-de-obra desses grupos.

Outra hipótese de Federici é que Marx demonstrava ter a expectativa de que o trabalho industrial eventualmente incorporasse a mão-de-obra feminina, num processo similar ao da proletarianização dos camponeses desapropriados de terra. Por tal motivo, ele fala da condição das trabalhadoras de maneira específica apenas no capítulo 13, silenciando-se a esse respeito em outros momentos da obra. Contudo, não era uma parcela majoritária da população feminina que era empregada no setor fabril: de acordo com Federici (2021), uma fração entre 20 a 30% da população feminina total. Além disso, segundo Federici, as mulheres abandonavam o trabalho assim que davam à luz. O trabalho doméstico continuou sendo feito em distritos industriais: à noite, aos domingos, realizado por jovens ou idosas que as operárias contratavam para cuidar das crianças (FEDERICI, 2021, p. 72).

Em *O Capital, Volume I*, Marx nos traz também, embora apenas de relance, um relato que ilumina a relação das trabalhadoras da época com os trabalhos domésticos. Durante a Guerra Civil nos Estados Unidos, um relato de um médico enviado ao interior pelo governo estadunidense observou que, em razão da guerra, a produção fabril havia sido suspensa, o que ocasionou às mulheres operárias “tempo livre necessário para amamentar suas crianças, em vez de envenená-las com Godfrey’s Cordial (um opiato), e também dispunham de tempo para aprender a cozinhar” (MARX, 2011, p. 468). Esse episódio sugere que apenas uma guerra e uma crise mundial propiciaram uma oportunidade para que essas mulheres realizassem trabalho de cuidado dos filhos e do lar, visto que, em outros momentos, as

operárias não tinham tempo para tal dedicação, como indica o costume que havia de alimentar bebês com opiato em vez do leite materno.

Essa questão pertence ao debate mais amplo acerca da diferença entre trabalho produtivo e não-produtivo que será melhor explorado no próximo item – basicamente, o fato de que em *O Capital, Livro I*, Marx não aborda uma grande variedade de formas de trabalho que já eram existentes na Inglaterra Moderna. Ainda assim, sem um olhar específico destinado a questionar a divisão sexual do trabalho, um estudioso com um olhar clínico pode observar como Marx deixou de lado a especificidade do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico frente ao trabalho manual ou intelectual, quando, por exemplo, define o trabalho enquanto “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2011, p. 188).

O problema do trabalho “não-produtivo” e a teoria da reprodução social

Empenhada em preencher tais lacunas no pensamento de Marx, Federici (2021) também aponta que o desinteresse de Marx pelo trabalho doméstico “tinha raízes mais profundas, decorrentes de sua concepção de 'trabalho', do que considerava valioso nele e quais formas de trabalho julgava relevantes para o desenvolvimento capitalista e para a “luta de classes” (FEDERICI, 2021, p. 75-76).

Para Marx, o processo de trabalho opera uma transformação do objeto de trabalho de acordo com uma finalidade concebida desde o início:

Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. (a agricultura, apenas na medida em que, num primeiro momento, explora a terra virgem), todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura (MARX, 2011, p. 190).

Seja por estar demasiado focado no processo industrial, ou por, de fato, não ter considerado o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico enquanto trabalhos, quando fazemos a leitura desse excerto de *O Capital*, percebemos uma limitação teórica na análise de Marx. Subsiste uma noção de que o trabalho deve produzir algo: seja a matéria-prima em si, fruto de extrativismo, seja a transformação industrial que várias matérias primas sofrerão na fabricação de um objeto.

De fato, como aponta Arruzza (2017, p. 44), no centro do debate marxista acerca do trabalho doméstico está o questionamento se este produz valor e mais-valor ou apenas valor de uso. Segundo a autora,

as feministas marxistas e socialistas não negam que o trabalho de reprodução é um tipo de trabalho [...]. Mas elas insistem que a forma social desse trabalho, e o conjunto específico de relações sociais no interior do qual ele se realiza (como, por exemplo, as relações de parentesco), pode ser distinguido teoricamente do trabalho formal remunerado (ARRUZZA, 2017, p. 47).

Arruzza faz tais apontamentos apoiada na chamada teoria da reprodução social. Em 1983, Lise Vogel identificou a noção de reprodução social como a base para uma teoria unitária da opressão de gênero e sua relação com o capitalismo (ARRUZZA, 2017, p. 40). A reprodução social chama a atenção para três dimensões na reprodução: 1) reprodução biológica da espécie, 2) a reprodução da força de trabalho 3) a reprodução das necessidades de provisão e cuidado. A questão aqui é a confusão entre produção e reprodução: algumas feministas, inclusive, afirmaram que se trata do mesmo processo, evocando que o próprio Marx daria indicativos nesse sentido. Arruzza (2017, p. 40) refuta com veemência essa observação, indicando uma diferença entre uma “reprodução social” (renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido) e outra “reprodução societal” (reprodução de um sistema inteiro de relações sociais).

Há uma enorme controvérsia que cerca a teoria da reprodução social, acusada, por algumas feministas, de correr o risco do “determinismo biológico”, ao explicar a opressão das mulheres dentro do capitalismo a partir de seu papel no lar como aquelas que dão à luz e são trabalhadoras domésticas (ARRUZZA, 2017, p. 50). O importante é enxergar como esse papel é o resultado de dinâmicas sociais e de escolhas políticas, e não um produto inevitável da biologia (ARRUZZA, 2017, p. 50). A questão, ao fim e ao cabo, se coloca da seguinte forma: será que o processo de acumulação primitiva capitalista, as decorrentes novas relações de produção e exploração do trabalho, bem como a dinâmica de luta de classes, contribuíram para a criação de uma ideologia de gênero e de desigualdades de gênero de uma maneira fundamental? Ou será que essa desigualdade e ideologia de gênero estaria fundamentada numa divisão sexual do trabalho articulada pela família, unidade de organização social historicamente muito mais antiga do que o capitalismo? É justamente em razão de questionamentos como esses que não podemos falar de capitalismo sem trazer a evolução histórica do patriarcado dentro dele.

Em *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti elaborou dessa forma as questões desenvolvidas acima:

até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou de uma mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, *tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão-de-obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver* (SAFFIOTI, 1976, p. 19, grifo meu).

Questionamentos como os de Saffioti têm sido expandidos para investigações históricas, sociológicas, antropológicas e econômicas, principalmente desde a consagração dos *Women's Studies* e linhas de pesquisas de gênero nas universidades do Ocidente, especialmente nos EUA, desde os anos 1970^{6 7}.

A resposta de Bhattacharya (2019, p. 102), ao analisar *O Capital* de Marx atentamente, é que a força de trabalho feminina para Marx e alguns marxistas é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco”, nomeadamente, a família. Autoras como Federici (2017, p. 8) argumentam que, na transição do sistema feudal para o modo de produção capitalista, houve a reorganização do trabalho doméstico, da vida familiar, da criação dos filhos, da sexualidade, das relações entre homens e mulheres e da relação entre produção e reprodução na Europa dos séculos XVI e XVII. Com efeito, é frutífero analisar tais mudanças ocorridas nessa transição para responder mais inquietações dentre os estudos da divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva histórica, mas infelizmente, Federici não forneceu embasamento documental convincente nessa obra para sustentar sua argumentação de que no feudalismo as mulheres não eram exploradas em função do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo como o foram no capitalismo.

⁶ A partir de tese desenvolvida em um desses programas estadunidenses, a autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2017) observou que as feministas ocidentais, enquanto grupo, transformaram as "questões particulares" das mulheres em questões públicas, de forma necessária e bem sucedida. Contudo, universalizaram sua experiência para o resto do mundo. Os conceitos feministas estão enraizados na família nuclear, generificada por excelência: há o homem-provedor e a mulher-dona-de casa. Como raça e classe não variam nesse modelo de família, o feminismo branco, preso no interior dessa família, não enxerga raça e classe.

⁷ Mohanty e Alexander (2016) buscaram fazer um balanço das últimas décadas de *Women's Studies* nos EUA, acompanhando a nova visibilidade dos *women's issues* no cenário global, tentando propiciar uma visão que articulasse o global com o local, a partir de experiências, histórias e auto-reflexões das feministas de cor e do terceiro mundo, acompanhando a globalização e as mudanças geopolíticas. Segundo elas, nos anos 1970 a formulação da categoria "gênero" e sua difusão por uma variedade de disciplinas era um dos mais importantes objetivos dos *Women's Studies*. Nos anos 1990, surgiram novos desafios: as divisões de classe, a racialização e a heteronormatividade que operavam dentro desses programas (ALEXANDER, MOHANTY; 2016, p.xvi).

Para Scott (1988, p. 58-64), os estudos históricos de movimentos dos trabalhadores na Grã-Bretanha à época de Marx – como o Cartismo, o Owenismo, o Luddismo – também falharam em construir movimentos de classe que incluíam a participação das mulheres. À época, havia uma concepção da diferença sexual que estava intimamente ligada com o âmbito do natural, ao contrário da concepção de classe a partir da qual os movimentos de trabalhadores se organizam, como construto social que deveria ser superado.

A representação masculina da classe também afetou a definição que o movimento dos trabalhadores deu aos problemas dos trabalhadores. Já que as mulheres não eram consideradas trabalhadoras, foi difícil encontrar uma solução para a crise competitiva criada por alguns tipos de comércio masculino que empregavam mulheres com uma baixíssima remuneração que não fosse a remoção das mulheres da força de trabalho (SCOTT, 1988, p. 64).

Ainda segundo Scott, somente quando compreendemos a construção generificada da classe trabalhadora é que chegamos a novas perspectivas sobre velhos problemas como os problemas de competitividade para mulheres, a diferença na remuneração entre os sexos, a organização da classe trabalhadora feminina, problemas que são centrais para o movimento dos trabalhadores como um todo, não apenas às mulheres. Scott (1988) vai além e argumenta que não apenas Marx invisibilizou o trabalho feminino em sua obra, mas também a tradição marxista posterior, como Thompson em *A formação da classe operária inglesa*. Ainda que esse apagamento na análise de Thompson fosse fruto da suposição de alguma igualdade entre os trabalhos masculino e feminino na classe operária, isso fez com que a especificidade do trabalho doméstico e reprodutivo fosse ignorado ou desprezado na abordagem da consciência de classe das mulheres: ou havia trabalhadoras excepcionais que se comportavam como homens, dentro dos moldes de um racionalismo admirado por Thompson, ou havia aquelas que, uma vez que demasiado atreladas à domesticidade, foram incapazes de desenvolver consciência de classe (SCOTT, 1988).

Observamos também que Marx, focado exclusivamente nas relações de produção, oculta de sua análise trabalhos referentes ao “setor de serviços” em outras abrangências, a exemplo de advogados, médicos, e variadas profissões liberais que, na segunda metade do século XIX europeu, já se encontravam bem estabelecidas. Quanto às mulheres trabalhadoras, sabe-se que ao longo do século XVIII, dentre a população urbana de Londres, o serviço doméstico era a ocupação mais comum para as mulheres. De fato, a análise do trabalho das mulheres nas sociedades capitalistas ocidentais, por muito tempo, deixou às margens o trabalho do cuidado, aquele que não é remunerado ou, ainda hoje, é precarizado em serviços

terceirizados como o das trabalhadoras da limpeza, alimentação, enfermagem, professores primários.

Existe uma demanda crescente dentro do movimento feminista para que se contabilize a “economia do cuidado” enquanto atividade produtiva. Carole Pateman (1989) sugere que a divisão entre tais tipos de trabalho não era tão naturalizada assim no século XIX, ao analisar as categorias elencadas em alguns censos britânicos ao longo do tempo. Segundo a autora, em 1851, na Grã-Bretanha, as mulheres envolvidas com trabalhos domésticos não remunerados foram categorizadas enquanto classe produtiva. A classificação mudou apenas após 1871, e em 1911 as donas de casa já tinham sido removidas da população economicamente ativa. Um censo australiano de 1891 diferenciava duas categorias: “os ganha-pão” e os “dependentes” (PATEMAN, 1989, p. 187).

De todo modo, Federici (2021, p. 64) insiste em formas de expandir a teoria da reprodução social iniciada por Marx, levando-a aos lugares que ficaram de fora de sua obra, mas rejeitando os conceitos de trabalho e do sujeito revolucionário de Marx. Em *O Capital, Livro I*, é notório o momento em que Marx explica a luta de classes:

o capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora (MARX, 2011, p. 223).

As mulheres, desde então, conseguiram adentrar a esfera do campo dos “direitos iguais”, mencionados por Marx nos embates jurídicos travados entre capitalistas e trabalhadores, contudo, não em todos os tipos de trabalho – especialmente quando falamos de trabalho reprodutivo, do cuidado e doméstico. Até os dias de hoje, as mulheres têm lutado, e apenas mais recentemente elas lutam organizadas enquanto uma categoria política e social, sempre em contestação e em processo constante de reinvenção. As frentes de luta feministas são amplas: na historiografia, autoras como Scott (1988) apontam para o apagamento da participação feminina na construção de movimentos operários e da própria consciência de classe. Como observou Rago (2012, p. 5):

as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações. Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes.

No campo dos movimentos sociais, persiste a luta por remuneração justa dos trabalhos domésticos e de cuidado, pelo acesso pleno aos direitos reprodutivos e pelo fim da violência feminicida. Contudo, o capitalismo fagocitou facilmente o feminismo liberal, e que mulheres brancas que se tornam CEO sob o discurso liberal da igualdade de salários ainda mantém o *status quo* da concentração de riquezas e contribuem para o agravamento da crise climática global.

Há outras opções de feminismo, e a crítica da luta de classes se mostra relevante novamente nesse sentido. O aprofundamento dos valores neoliberais das últimas décadas chama a atenção para a impossibilidade de pensar um "caminho do meio". Nossa forma contemporânea de capitalismo, predatório e financeirizado, dominou o globo terrestre nos últimos quarenta anos e levou a humanidade à crise que vivenciamos hoje. A atmosfera está poluída, as democracias liberais corrompidas, e reformas modestas não significam conquistas significativas para reverter tal cenário. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 3-5), é necessário que se trace um caminho feminista grevista, que se una a outros movimentos anticapitalistas e antissistêmicos para que o feminismo se torne um movimento majoritário, dos 99%. Apenas através da conexão do feminismo com movimentos ambientalistas, antirracistas e em prol dos direitos dos imigrantes e do trabalho, o feminismo alcançará os desafios de nosso tempo presente.

Referências

ALEXANDER, . MOHANTY, C. **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. New York e London: Routledge, 1996.

ANDRADE, Megue. **Corpos à margem e o ethos filosófico: para pensar gênero e a filosofia**. Dissertação de Mestrado em Metafísica, Universidade de Brasília, 2018.

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., & FRASER, N. **Feminism for the 99%: A Manifesto**. Verso, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. “Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos”, **Cadernos Cemarx**, nº10, 2017, pp.

BHATTACHARYA, Tithi. “O que é a teoria da reprodução social?”, **revista outubro** nº 32, 2019, pp. 101-113.

- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021, 285p.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. IN: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- DEUTSCHER, P. **Foucault's Futures: A Critique of Reproductive Reason**, Columbia University Press, 2017.
- DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista**. São Paulo: Ubu, 2021, 156p.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo editorial, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007. (16ª ed.).
- GIMENEZ, Martha. **Marx, Women and Capitalist Social Reproduction**. Haymarket books, 2019.
- GOWING, Laura. **Common Bodies: Women, Touch and Power in Seventeenth-Century England**. New Haven e Londres: Yale University Press. 2003, 260p.
- HARVEY, David. **Para Entender o Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013,
- HILL, Bridget. **Women, Work and Sexual Politics in Eighteenth-Century England**. Londres e Nova Iorque: Routledge. 1989, 277 p. 335.
- hooks, bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South end press, 1984.
- LIVINGSTONE, Rebecca M. **Unsettled Households: Domestic Homicide in Seventeenth-Century England**. Tese, Tulane University, 2007, 283p
- MACHADO, B. A. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. **Lutas Sociais**, 22 (40), 2018, 23–35.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. 715p.
- MURARO, Rose. **Os seis meses em que fui homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020 (8ª edição). 302p.
- OKIN, Susan. **Women in Western Political Thought**. Princeton University Press, 1992.
- OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá, Colombia: Editora En la frontera, 2017.
- PATEMAN, Carole. **The disorder of women: Democracy, Feminism and Political Theory**. Stanford University Press, 1990. 236p.
- RAGO, Rago, M. (2012). “Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil”. **Cadernos AEL**, 2(3/4). Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>

SAFIOTTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988. 242 p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, jul/dez 1993.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 140p.